

O senador José Sarney vê possibilidade para aumento das cadeiras

03 ABR 1987

# Reformas agora só virão por consenso

*sen*  
**Para Sarney, sem acordo nenhum projeto será aprovado**

Nenhum projeto de iniciativa parlamentar alterando a legislação eleitoral será aprovada sem o consenso interpartidário. A afirmação é do presidente do PDS, senador José Sarney, ao apontar duas propostas cuja aprovação considera viável: a que aumenta o número de cadeiras na Câmara e a que eleva o número de candidatos ao próximo pleito.

O dirigente pedessista reiterou, ao mesmo tempo, que o Governo não pretende propor novas medidas eleitorais ao Congresso, excetuando apenas o projeto extinguindo a Lei Falcão, cuja elaboração está a cargo do ministro da Justiça.

## AUMENTO DE DEPUTADOS

O senador Sarney revelou que

a idéia de elevar o número de deputados federais reúne simpatias em todos os partidos, além de contar com o apoio da maioria dos membros do Conselho Político do Governo. O principal objetivo dos que a defendem, segundo frisou, é evitar a redução de algumas bancadas estaduais, o que fatalmente ocorreria após as eleições como consequência dos novos dados demográficos do país.

Argumenta ainda o presidente do PDS que o quadro na Câmara apresenta dois novos fatores que, a seu ver, exigem uma ampliação da representação parlamentar: o primeiro é a criação do Estado de Rondônia, que terá aumentada a sua bancada, e o segundo é a divisão do Mato

Grosso. Além disso, como frisou, os territórios passaram a reivindicar maior participação parlamentar.

Lembrando ser o Brasil um dos países que possuem menor número de deputados em relação à sua população, Sarney defendeu como "solução razoável" a aprovação de um dispositivo que impeça, pelo menos, a redução das bancadas estaduais.

Outro projeto com chances de ser aprovado, na opinião do dirigente pedessista é o que possibilita a sobrevivência dos pequenos partidos após as próximas eleições. Para isso, há duas alternativas: reduzir as exigências em termos de percentuais eleitorais ou adiá-las para o pleito de 86.